

Dinheiro novo para os juros

por Maria Clara R. M. do Prado
de Brasília

O governo brasileiro vai reabrir negociações com o Comitê Assessor da Dívida Externa no próximo mês e pretende solicitar aos bancos credores que compareçam com "dinheiro novo", além da parcela de US\$ 600 milhões que ficou pendente do acordo do ano passado, para que o País possa efetuar o pagamento de juros, com forte concentração justamente em setembro, em torno de US\$ 2 bilhões.

Os entendimentos com os bancos credores poderão ser retomados independentemente de o País estar com um acordo assinado com o Fundo Monetário Internacional (FMI). Isso foi colocado claramente ontem pelo secretário especial para assuntos internacionais do Ministério da Fazenda, ministro Sérgio Amaral. "Não precisa ter acordo com o FMI, mas uma indicação de acordo certamente tornará mais fácil aquilo que temos de resolver com os bancos", disse ele.

Não há ainda data para o reinício das conversas com o Comitê, mas Amaral avisou que o encontro pode ocorrer antes do dia 17 de setembro, quando se inicia a reunião do Grupo dos Oito, a nível de ministros de Estado da Fazenda, em Cancún, no México.

As negociações entre o Brasil e o FMI dependem agora de uma decisão política por parte daquele organismo, já que foi dada como concluída a fase de discussões a nível técnico,



Marcílio Marques Moreira

com a definição das metas quantitativas para agregados monetários, déficit público, crédito interno líquido (que desconta as reservas internacionais do papel moeda em poder do público, nível de endividamento externo e reservas internacionais). "Há um consenso entre os números", atestou ontem o embaixador do Brasil nos Estados Unidos, Marcílio Marques Moreira, que se encontra em Brasília para uma estadia de dois dias.

Marques Moreira, segundo relato da repórter Margareth Lourenço, deste jornal, prevê que há 50% de chance para que um acordo com o FMI seja selado, já que seria cercado de características diferenciadas: "O fato de ser feito um acordo em período de transição é inovador, pois o FMI não costuma abrir esta brecha", atestou o embaixador.

O ministro da Fazenda,

Mailson Ferreira da Nóbrega, com quem o embaixador se reúne hoje, preferiu também manter uma posição realista com relação ao entendimento em torno de um acordo provisório com o FMI. "Não são favas contadas", colocou ele ontem junto a seus principais interlocutores no Ministério da Fazenda, depois de uma conversa telefônica que teve no sábado com o representante do Brasil no FMI, Alexandre Kafka.

O problema a vencer é de ordem interna do próprio Fundo Monetário Internacional, cuja diretoria terá de aceitar um acordo que não oferece muita base de consistência no ponto crucial para os conceitos da instituição que persegue a estabilização da moeda com um controle rigoroso no déficit público.

Há uma expectativa, no entanto, junto a alguns técnicos de alto escalão do governo, de que na semana que vem o FMI dê algum sinal positivo na direção de um entendimento. A mobilização neste sentido é grande, não só da parte dos credores, como também do próprio governo brasileiro. O embaixador Paulo Tarso Flecha de Lima, secretário-geral do Ministério das Relações Exteriores, afirmou ontem à editora Helena Tachinardi, deste jornal, que sentiu do governo norte-americano, na semana passada, "uma decisão política de ajudar o Brasil nessa fase de negociações de curto prazo com o FMI".

O embaixador, já de volta ontem à Brasília, contou

que obteve uma posição de apoio do subsecretário do Departamento de Estado dos Estados Unidos, Lawrence Eagleburger. "Disseram-nos que, se precisássemos de qualquer manifestação favorável, o Departamento de Estado pediria ao Tesouro norte-americano para cooperar com o Brasil", disse ele.

Na nova série de conversações com os bancos credores, o governo brasileiro vai procurar conciliar dois objetivos: a preservação do nível adequado de reservas internacionais do País combinada com a normalização das relações com a comunidade financeira internacional. Para isto, os bancos terão de financiar parte dos pagamentos dos juros.

O embaixador Marcílio Marques Moreira colocou ontem que o caminho será o do refinanciamento, envolvendo a parcela da dívida que vence no período de transição política, enquanto o novo presidente não toma posse. Adiantou, ainda, que o acordo a ser fechado deverá ser semelhante ao acordo filipino, "que preferiu receber dinheiro, com a possibilidade de negociação no mercado secundário, o que dá um desconto maior", conforme previu.

A equipe técnica que assessorava a negociação externa está trabalhando ativamente para colocar no papel várias alternativas que viabilizem o pagamento dos juros, no bojo de um acordo com os bancos credores. Este trabalho deve ser levado à apreciação final do ministro da Fazen-

da na semana que vem e contempla uma nova emissão de bônus de saída — "exit bonds" —, embora "em novas bases", segundo antecipou o ministro Sérgio Amaral. Estas novas bases, de acordo com ele, podem envolver termos e condições diferenciadas daqueles que marcaram a emissão acertada no ano passado e que será feita nos próximos dias, onde os bônus têm juro fixo de 6% ao ano e podem ser trocados por BTN (Bônus do Tesouro Nacional), com cláusula cambial.

Outro ponto a ser discutido com os credores é o da conversão pelo valor de face dos títulos de crédito, também acertado no ano passado, mas que tem a desvantagem do impacto monetário nesta fase em que o País conta com a arma básica do controle dos agregados monetários para não deixar a inflação disparar. "Tudo vai depender da composição matemática da equação", indicou a este jornal uma conceituada fonte do governo, lembrando que em qualquer negociação o País tem de estar preparado para barganhar.

FAÇA A SUA ASSINATURA AGORA MESMO.

GAZETA MERCANTIL

E só discar

255-8788

Na Grande São Paulo

(011) 800-8788

Interior e outros estados

IDB Gálio